

# Industrialização e ideias econômicas no Paraná entre 1950 e 1970\*

Leonardo Antonio Santin Gardenal\*\*

Guilherme Grandi\*\*\*

---

**Resumo:** Esse artigo analisa as principais ideias econômicas presentes no Paraná, entre 1950 e 1970, que orientaram as políticas públicas e ajudaram a formatar programas de governo em busca do desenvolvimento econômico. Dessa maneira, a influência ideológica pode ser observada tanto no campo teórico quanto no intelectual, bem como desdobrada ao discurso político. O pensamento Paranista foi observado desde o século XIX, tentando criar uma autoimagem do Paraná que pudesse distingui-lo de outras regiões. Nas décadas de 1950 e 1960, foi observada a influência do pensamento desenvolvimentista, chegando à década de 1970, marcada pela ruptura com as ideias anteriores, por meio de uma visão crítica do passado e por um novo paradigma: compreender os determinantes do desenvolvimento observado naquela década.

**Abstract:** This paper analyzes the main economic ideas present in the state of Paraná, Brazil, between 1950 and 1970, that guided public policies and helped shape government programs in search of economic development. In this way, the ideological influence can be observed both in the theoretical and intellectual field, as well as unfolded to the political discourse. The Paranista thought is founded in the nineteenth century, trying to create a self-image of Paraná that could distinguish it from other regions. Then, in the 1950s and 1960s, the influence of developmentalist thinking was observed, reaching the 1970s, marked by the break with previous ideas, with a critical view of the past and by a new paradigm: to understand the determinants of development in that decade.

**Keywords:** Ideias econômicas; Desenvolvimento econômico; Industrialização; Paraná.

**JEL Code:** B25; N96; O14

---

---

\* Este artigo apresenta uma parte dos resultados da seguinte dissertação de mestrado: GARDENAL, Leonardo Antonio Santin. Café e indústria no Norte do Paraná (1940-1970). São Paulo, USP: FFLCH, 2018. Defendida no dia 09 de maio de 2018, junto ao Programa de Pós Graduação em História Econômica da USP, sob a orientação do Prof. Dr. Guilherme Grandi (FEA/USP). A pesquisa foi realizada com o apoio financeiro da CAPES, a quem agradecemos.

\*\* Mestre em história econômica (FFLCH/USP).

\*\*\* Professor do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP).

## 1. Introdução

Este artigo analisa as ideias que fundamentaram as políticas públicas do Paraná e subsidiaram os programas de desenvolvimento econômico desse estado por meio da industrialização. Se a indústria, durante grande parte do século XX, foi considerada uma das principais formas de superar o atraso econômico de uma região, no Paraná pode se observar um conjunto de estratégias que buscou promovê-la. O objetivo é compreender o arcabouço ideológico que esteve presente como pano de fundo da administração pública no Paraná, sobretudo, para se identificar como se instrumentalizaram essas estratégias de industrialização e como ideias e teorias se inseriram no contexto paranaense. De modo a alcançarmos nosso objetivo, subdividimos o presente artigo em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais.

Na primeira parte apresenta-se o pensamento Paranista que, ainda do século XIX, representou um conjunto de ideias que influenciou no discurso político e na própria compreensão da realidade sócio-histórica do estado até a década de 1940. Na segunda parte discute-se o fortalecimento da ideia de desenvolvimento econômico norteada pelas propostas desenvolvimentistas da Cepal, já transpostas ao estado do Paraná nos anos 1950. É nesse contexto que o governo do Paraná elabora os primeiros diagnósticos acerca dos obstáculos à industrialização e passa a perseguir os instrumentos técnicos e políticos mais adequados para promovê-la com base no modelo de substituição de importações.

Na terceira parte discutimos as ideias desenvolvimentistas observadas no Paraná dos anos 1960, as quais foram pautadas também pelo pensamento da Democracia Cristã, da Economia Humanista e por estratégias desenvolvidas para promover a infraestrutura necessária e uma industrialização endógena no Paraná.

Finalmente, na quarta parte, observa-se que contrariamente às perspectivas e conjecturas realizadas nas décadas de 1940, 1950 e 1960, estabelecidas em bases ideológicas transpostas e formuladas para o Paraná, ocorreu, nos anos 1970, uma alteração significativa na realidade econômica do estado<sup>1</sup> que foi efetivamente industrializante e que modificou a forma de se compreender a composição de forças em torno da administração pública paranaense e as ideias que balizaram as políticas adotadas.

---

<sup>1</sup> Permeada por alterações da estrutura fundiária e produtiva, a década de 1970 foi marcada por um significativo crescimento industrial no Paraná. A participação da indústria que representava 16,62% da renda interna do estado em 1970, passa a representar 28,07%, em 1980. Ver: Iparides, 1981: 42.

Portanto, a década de 1970 representou um divisor de águas por assinalar um movimento de oposição às teorias adotadas até então, sobretudo no que respeita ao tipo de indústria e aos mecanismos de se promover a industrialização. Representou, não há dúvida, um ponto de inflexão marcado pelo rompimento com ideias predecessoras e que, portanto, eram hegemônicas no âmbito do estado, e cujo resultado foi a inserção do Paraná na dinâmica capitalista e política mais ampla em curso no Brasil.

## **2. Paranismo<sup>2</sup>**

O Paraná foi a última província a ser criada durante o Império brasileiro e, embora haja múltiplas razões e hipóteses que contribuíram para sua emancipação, optou-se neste trabalho por destacar fundamentalmente três. A primeira hipótese refere-se à influência exercida pela elite política que se formou na região como resultado da atividade tropeirista, que está diretamente ligada à busca pela autonomia administrativa provincial (WACHOWICZ, 1972). A segunda está mais relacionada a São Paulo, no sentido de que a emancipação teria sido uma consequência da política de retaliação do Império aos paulistas, em virtude da eclosão da revolução liberal de 1842 (TOLEDO, 2003). E, por fim, a terceira hipótese considera que a criação do Paraná teve como objetivo constituir uma nova barreira ao perigo gaúcho após a Revolução Farroupilha (1835-1845) e, assim, o governo imperial buscou garantir a unidade política do Brasil tal como se dera durante grande parte do Segundo Reinado (PEREIRA, 1996:12).

Independente da validação dessas hipóteses sobre o processo de emancipação do Paraná, o fato é que a região constituía um território de passagem, com uma economia pouco desenvolvida e território pouco povoado e conhecido, além de suas dimensões territoriais permanecerem pouco definidas ainda no começo do século XX (PEREIRA, 2002). Consolidada a emancipação, tornou-se iminente a busca por uma identidade típica do homem paranaense. É nesse contexto que surge o Paranismo como uma fórmula identitária do paranaense, distinguindo-o do paulista e do gaúcho e reforçando os elementos próprios de sua região, como sua forma de viver e sua cultura. Trata-se assim de uma demarcação simbólica (ZATTI, 2006).

---

<sup>2</sup> O neologismo “Paranismo” foi criado em 1927 por Romário Martins. No entanto, o conjunto de ideias que compõe esse pensamento pode ser identificado desde a emancipação do Paraná em 1853 (CAMARGO, 2007).

Em fins do século XIX, esse pensamento é caracterizado pelas condições que se estabeleceram econômica e politicamente na região. Há a presença marcante do republicanismo, por meio dos clubes e jornais, em consequência ao descaso do governo imperial com a região (PEREIRA, 1996: 14). A ideia da República como uma forma e um meio de promover o desenvolvimento do Paraná é recorrente na imprensa da época:

A política monarchica, o que tem sido no Paraná, está patente aos olhos de todos. Nas relações moraes é a ignorância e humilhação do cidadão, (...) impondo-lhes um modo de agir contrário às suas crenças (...). (A REPUBLICA. Curityba. P.01. 03 mai. 1888).

E como não podemos viver constituídos sem uma forma de governo, propomos o que admittimos ser a melhor e que parece mais convir a um povo ordeiro, pacífico e naturalmente inclinado ao progresso, a que parece mais apropriada à vastidão dos nossos territórios, á diversidade dos nossos climas, as diferenças de hábitos das diversas províncias, á variedade de interesses regionais. (A REPUBLICA. D'a Federação. Curityba. P.01. 07 mar. 1889).

Assim, a expressão de modernidade ligada à República é também representada pelo progresso técnico e científico que demonstra, além de uma postura otimista, a consolidação de uma estrutura social que legitima o seu discurso por meio de uma interpretação da realidade paranaense.

Outro elemento marcante que compõe o ideal Paranista é o pensamento positivista<sup>3</sup>. Sua presença pode ser evidenciada pelas publicações do Movimento Simbolista de Curitiba, no qual as reuniões eram realizadas de acordo com o culto positivista sob os lemas da moral, sinceridade e aperfeiçoamento, e tendo como colaboradores personagens de destaque da elite política, econômica e intelectual do Paraná, notadamente Emiliano Pernetta, Rocha Pombo, Romário Martins, Vicente Machado, Victor do Amaral, entre outros (PEREIRA, 1998:28).

Observa-se também a influência da imprensa, pois essa elite ascendente do Paraná, que auferia ganhos advindos das exportações da erva-mate após a Guerra do Paraguai, buscou avançar também sobre outras áreas, como, por exemplo, o investimento editorial em jornais e tipografias (CORRÊA, 2009:140).

A burguesia ervateira, na figura do Barão do Serro Azul, fez inúmeros investimentos para a criação de um campo de produção cultural, adquirindo a impressora paranaense, antiga tipografia Lopes (a primeira da província) e a Litografia do Comércio. Logo, serviam não só para a produção de rótulos, mas também para fomentar a imprensa, área estratégica dos investimentos do Barão. (CORRÊA, 2009: 140).

---

<sup>3</sup> Corrente sociológica fundada por Augusto Comte (1798-1857) segundo a qual a sociedade pode ser reorganizada por meio de uma completa reforma intelectual do homem. Ver: COMTE, 1978.

Em suma, o conjunto de ideias que forma o ideário Paranista se estabeleceu por meio da atuação de alguns membros dessa elite, essencialmente aqueles pertencentes a dois grupos principais: os ligados à atividade tropeirista nos Campos Gerais e à atividade ervateira em Curitiba e no litoral. Ademais, eles buscaram disseminar seus ideais, seja por meio de suas atividades profissionais, seja por meio da utilização da imprensa, a qual eram proprietários. É inclusive nesse contexto que os primeiros historiadores do Paraná deixam transparecer os traços do pensamento Paranista em seus ensaios de interpretação sobre a região.

Essa idealização pode ser também observada nas mensagens do governo à Assembleia Legislativa, assim como em diversos periódicos redigidos por políticos e membros dessa elite ligada às lideranças políticas do estado.

Aguardando ansiosa a locomotiva que em pouco tempo chegará ao lado de leste, e não estará presentindo, como um corollaro mais fecundo, as férreas linhas que a prenderão às Sete Quedas, assombrosa maravilha do majestoso Paraná, onde um dia ressurgirá indubitavelmente a Nova Guaíra, a futura Omaha da América do Sul? (MONTEIRO TOURINHO<sup>4</sup>, In. Revista Paranaense, 1881:14).

O estado do Paraná que, pela salubridade de seu clima, beleza de suas campinas, e uberdade do seu solo, foi chamado por um viajante célebre o paraíso da América do Sul, é, sem dúvida, um excelente ponto de destino aos imigrantes. Ser proprietário é um *desideratum* para o emigrante europeu. (MENSAGEM DO GOVERNO, 1895:40).

O engenheiro Monteiro Tourinho, além de exaltar as belezas naturais do Paraná, inspira-se na cidade americana Omaha (Nebraska) como um símbolo de desenvolvimento, guardando ainda a similaridade geográfica com a região das Sete Quedas (oeste do Paraná, divisa com o estado do Mato Grosso do Sul) – cidades localizadas ao centro do continente e banhadas pelos rios Missouri e Paraná.

O pensamento Paranista se fortaleceu após a proclamação da República, pois foi influenciado pelo princípio federativo presente na Constituição de 1891 que promoveu a descentralização administrativa e, também, pela formação de toda uma geração que já nasce sob o signo da República, resultando em uma movimentação cultural em Curitiba, seja no campo das artes, da escrita ou da política (PEREIRA, 1998). Assim, a própria imagem do estado foi idealizada por

---

<sup>4</sup> O Capitão-engenheiro Francisco Antonio Monteiro Tourinho foi um dos construtores da Estrada da Graciosa e um dos responsáveis pela construção da ferrovia que liga Curitiba à Paranaguá (GAZETA DO POVO, 27 fev. 2015).

esse grupo de autores que sempre buscava ressaltar as características de pujança e futuro promissor da região paranaense, como destaca Romário Martins.

O Paraná pela sua situação geographica, diversidade de altitudes e feracidade do seu solo, tem na agricultura um futuro invejável, que já se manifesta auspicioso nas culturas atuais. (...) Hoje o Paraná possui, seguramente, 500 mil habitantes<sup>5</sup>.

(MARTINS, R. A Lavoura. *Paraná rural*. 1911:161-163).

Somos diversos do paulista e do gaúcho (...). Louvamos o poder dinamico das iniciativas que fazem crescer e prosperar.

Por isso, tudo o que fazemos vem modelado à nossa própria feição, imperado pela índole que nos caracteriza – um impulso forte para as conquistas avassaladoras do progresso (...).

Vem d’ahi o nosso progresso material que anno a anno, nos faz crescer na escala brasileira.

Marchamos para a liderança econômica que nos assegura os factores que possuímos. (...) Estamos na vanguarda dos que são por si, dos que vivem por si. É o grande Paraná.

É a terra que o fez grande, generoso e bom! Salve o Paraná!<sup>6</sup>(ROCHA NETTO, B. M. Diário da Tarde. 4 abr. 1930 pp. 1-2.)

Ao observarmos os elementos principais que caracterizam o pensamento Paranista, pode-se ter a impressão de que ele representa fundamentalmente a busca por elementos modernizantes, seja por meio do movimento republicano, do positivismo ou da adoção da ciência como instrumento para se alcançar o desenvolvimento, tal como também ocorrera em outras partes do país. Poderíamos pensar então que tais ideias que eclodiram no Paraná foram desdobramentos do pensamento em voga no Brasil como um todo. Não obstante, a principal peculiaridade paranaense está na utilização dessas concepções no sentido de se criar uma autoimagem regional, e não nacional.

A pujança econômica como reflexo dos bons resultados da produção ervateira não se refletia em termos nacionais, permanecendo no Paraná as dificuldades econômicas recorrentes, como pode ser observado nas mensagens de governo do mesmo período.

Folgo em anunciar-vos que a renda tem tido aumento nas estações arrecadoras o que é prenuncio de que as finanças do Estado tendem a melhorar.

Este resultado era de se prever: não provem, porém, do desenvolvimento das forças productoras do Estado, e sim dos impostos que passaram á pertencer-lhe, e que antes eram cobrados

<sup>5</sup> De acordo com o IBGE, no recenseamento de 1900, o Paraná possuía 327.136 habitantes (IBGE, 2019).

<sup>6</sup> Bento Munhoz da Rocha Netto, foi governador do Paraná (1951-1955). O texto é uma conhecida resposta ao artigo de Brasil Pinheiro Machado, onde o Paraná é descrito como apenas um território de passagem, sem características marcantes e sem grandes qualidades, publicado na revista *A Ordem* (Rio de Janeiro, fev. de 1930:8).

pela união. Não devemos, entretanto, nos iludir com este resultado lisonjeiro.

(MENSAGEM DO GOVERNO, 1892. p.18).

Possuirá então o Paraná a sua bolsa de café, em Paranaguá, como em Santos, tem n'a o estado de São Paulo.

A agricultura de um modo geral e, em particular, a pecuária, representarão, dadas a fertilidade das nossas terras e as condições favoráveis dos nossos campos embora de um modo mais lento e gradativo, porém, eficazmente, a base do engrandecimento econômico do Paraná.

Com a criação da secção de estatística, dependente do arquivo público, ficou o Estado dotado de mais esse importante serviço que se fazia sentir necessário para o perfeito funcionamento do aparelho administrativo. (MENSAGEM DO GOVERNO, 1923. p.44).

O tesouro de um Estado como o Paraná, novo e em plena phase de formação e desenvolvimento, sentindo o mais legítimo anseio do grande progresso que lhe asseguram suas incalculáveis fontes de riqueza, não poderá facilmente dispor dos recursos necessários e suficientes à criação e manutenção de todos os serviços públicos, atendendo ao mesmo tempo um serviço vultuoso de dívida passiva. (MENSAGEM DO GOVERNO, 1924).

Pereira (1998:64) afirma que o Paraná, com suas atividades primárias extrativistas pouco desenvolvidas, não teria encontrado o “êxito econômico” idealizado pelo olhar Paranista, mas sim uma construção histórica de representação da modernização da sociedade em favor dos interesses da elite paranaense. Portanto, “*o importante não era retratar a realidade, mas construir uma imagem do real que seria força simbólica, se tornaria mais forte que o próprio real*” (PEREIRA, 1998:64).

Havia, portanto, um discurso sobre modernização na região que mantinha os mesmos personagens no poder. Nas palavras de Camargo (2007:12), a motivação seria “*estabelecer parâmetros para a importação de ideias modernas e científicas que além de cunhar uma nova imagem (...) justificasse a manutenção de uma estrutura que, embora de bases tradicionais precisava se adaptar às transformações dos processos políticos e sociais*”.

O progresso idealizado, quase utópico, manifestava-se pela falta de condições reais que permitiriam a construção desse novo cenário de prosperidade. Mesmo diante do progresso material proporcionado pela atividade tropeira até a inserção da ferrovia, seus resultados foram extremamente concentrados localmente e em torno de alguns poucos negociantes de expressão. O mesmo pode-se dizer sobre a atividade ervateira no Paraná, que promoveu a

ascensão da elite de Curitiba e do litoral, mas que, do ponto de vista nacional, mostrou-se pouco representativa<sup>7</sup>.

A emancipação em 1853 permitiu ao Paraná a independência política, porém deixou uma condição economicamente desfavorável com atividades extrativas pouco desenvolvidas e uma população concentrada em apenas 1/3 do território. Para se ter uma ideia comparativa, o Brasil tinha em 1890 cerca de 14 milhões de habitantes, sendo os estados mais populosos Minas Gerais (2,1 milhões) e São Paulo (840 mil), ao passo que o Rio de Janeiro era a cidade mais populosa (522 mil habitantes). O Paraná, no mesmo período, tinha cerca de 250 mil habitantes e a cidade de Curitiba, a mais populosa, 24 mil. Portanto, os entraves para o desenvolvimento da região eram muito mais estruturais em virtude da baixa densidade demográfica e da reduzida ocupação do seu território, do que justificava a visão Paranista – a presença do regime monárquico. A visão Paranista de um estado grandioso, e de Curitiba como uma metrópole, distorce as reais dimensões e caracterizações da região (IBGE, 2019; PEREIRA, 1996:64; 1998:37).

### **3. Pensamento desenvolvimentista no Paraná**

No Brasil, o desenvolvimentismo passa a influenciar a política governamental a partir da década de 1930 como uma estratégia de criar novas perspectivas para a superação do subdesenvolvimento por meio de uma atuação mais intensa do Estado na economia. Influenciado principalmente pela Grande Depressão, o desenvolvimentismo se constitui em uma interpretação muito mais próxima da realidade latino-americana, destacando principalmente Brasil, Argentina e México, do que as teorias ortodoxas advindas de países de centrais, com divergências econômicas e sociais (FONSECA, 2015:03).

A década de 1950 marca no Paraná uma alteração das relações de poder econômico e político. Com a intensificação da atividade cafeeira e o aumento do contingente populacional no Norte do Paraná, passa a ser necessário aos políticos considerar a importância do capital eleitoral dessa região<sup>8</sup>. Embora essa alteração demográfica tenha levado a uma nova compreensão das condições sociais do

---

<sup>7</sup> Essa estagnação pode ser confirmada com base na pauta dos principais produtos exportados pelo Brasil, em que a erva mate permanece como o último gênero em termos de participação, representando cerca de 2,9% do total das exportações brasileiras entre 1900 e 1910 (FAUSTO, 1995).

<sup>8</sup> Havia na região norte do Paraná, em 1947, 37.800 eleitores, passando para 366.972 em 1960, diante de um total de 724.019 eleitores em todo o Paraná (IZEPÃO, 2013:72).

estado e de suas demandas, ainda é possível observarmos diversos elementos do discurso Paranista nas mensagens oficiais do governo. Como define Burmester et al. (1990: 145), ainda “*estamos [nos anos 1950] diante de uma década povoada de porta-vozes de uma outra fala sobre o mesmo discurso de modernidade*”.

Embora se trate de uma região do país, o Paraná teve a primeira interpretação teórica desenvolvida sob o arcabouço desenvolvimentista pelo professor Pedro Calil Padis, um intelectual com uma breve carreira acadêmica. Ainda que Padis não tivesse o objetivo histórico, como ele mesmo chegou a destacar, sua interpretação versa sobre o estágio de desenvolvimento do Paraná, pautada necessariamente por uma significativa construção historiográfica. Assim, segundo o autor, buscou-se “*(...) desvendar as barreiras continuamente antepostas à boa eclosão do nosso país*” (PADIS, 1981:1).

Intitulada *Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná*, a tese defendida em 1970 na PUC de São Paulo propõe uma interpretação para o subdesenvolvimento do Paraná baseada na análise da sua evolução territorial e econômica, investigando, assim, as razões que determinaram a sua condição de estado periférico nos anos 1960.

Padis (1981) compartilha da visão de que a cafeicultura seria capaz de alavancar a expansão econômica, no entanto a consolidação dessa expansão seria possível somente com os recursos gerados pela cafeicultura. Seguindo tal linha de raciocínio, a cultura cafeeira no norte do Paraná adveio mais do progresso e da expansão da economia paulista do que de um desenvolvimento genuinamente paranaense, fato que pode ser observado ao notarmos que até a metade da década de 1960 a região estava praticamente isolada do restante do Paraná, principalmente pela ausência de meios de comunicação, estando, contudo, claramente vinculada a São Paulo. Essa visão do Paraná como uma economia periférica ressalta que a relação com os paulistas promovia a evasão de boa parte da renda gerada no estado, o que o tornava dependente economicamente de São Paulo. Mesmo o aumento da produção cafeeira, que fazia incrementar a representatividade do produto na pauta de exportações, agravava essa relação pela ausência de integração da região com o restante do estado e, conseqüentemente, com o porto de Paranaguá, pelo menos até a década de 1960 (PADIS, 1981).

O autor conclui que a atividade cafeeira trouxe consigo enormes benefícios para a região e para o estado, porém é fato que ela também afastou,

em determinado grau, as possibilidades de um adensamento industrial como já se verificava em outras regiões do país. Não era mais a cafeicultura, portanto, o centro dinâmico da economia nacional:

O Paraná, ainda em uma medida difícil de ser avaliada, através de sua produção de café, contribuiu, nos últimos vinte anos [década de 1950 e 1960] com parcelas ponderáveis de sua renda, quer para subsidiar o parque industrial paulista, quer para atenuar os déficits orçamentários da união (PADIS, 1981:143).

Como estratégia lastreada no pensamento desenvolvimentista, a industrialização dos países periféricos seria um mecanismo fundamental de rompimento dessa dinâmica, superando assim o subdesenvolvimento.

Entre os anos de 1930 e 1970, o Brasil e outros países latino-americanos cresceram em ritmo extraordinário. Eles se aproveitaram da fragilidade do centro nos anos 1930 para formular estratégias nacionais de desenvolvimento que, essencialmente, implicavam a proteção da indústria nascente nacional e a promoção de poupança forçada pelo Estado. Além disso, julgava-se que o Estado deveria fazer investimentos diretos em infraestrutura e em certas indústrias de base cujos riscos e necessidades de capital eram grandes (BRESSER-PEREIRA, 2012: 29-32).

Portanto, para Padis (1981), até a década de 1960, o Paraná se estabeleceu como uma economia periférica e dependente, uma vez que as atividades mineradora, ervateira e cafeeira se instalaram por uma demanda estrangeira, sujeitando-se ao comportamento das exportações. A atividade madeireira de forma análoga à do mate e o tropeirismo como um reflexo de uma atividade externa ao Paraná.

O repouso na ideia de que o desenvolvimento econômico – ou pelo menos, a expansão econômica – viriam como consequência do comércio externo levou o Estado a um duro desengano: quando o mercado externo não mais se interessou pelos produtos paranaenses o sistema econômico retrocedeu” (PADIS, 1981:213).

Embora a década de 1950 tenha sido marcada pela alternância de políticos tradicionais, insere-se no estado e passa a tomar forma a ideia de planejamento, representando uma mudança do papel do Estado. Consequentemente, os planos de eletrificação, construção de rodovias e infraestrutura começam a ser aperfeiçoados e passam, assim, a deslanchar no estado.

A fundação do Plano de Desenvolvimento do Paraná – Pladep, em 1958, representou um significativo esforço nesse sentido. Ainda que o órgão tenha se

estabelecido em caráter consultivo e não independente do governo, não encontrando condições de atuação plena e com a independência de que um órgão planejador necessita, representou uma grande mudança nas ideias políticas tradicionais (IZEPÃO, 2013). Sua implementação significou ainda uma dicotomia na política paranaense, pois, se por um lado, a opinião pública aprovou uma nova forma de política pautada em critérios técnicos, por outro, condicionou o comportamento político, dificultando práticas paternalistas (IZEPÃO, 2013).

O Pladep produziu muito papel e começou a por números nas coisas. Fez um trabalho de conscientização da elite dirigente e dos administradores sobre os problemas do Paraná. Através de levantamentos, diagnósticos, e estudos quantitativos sérios com um enfoque novo, o econômico (...). (DAROS, 1979:58 apud. IZEPÃO, 2013:65).

O principal papel do Pladep foi o de realizar pesquisas sobre a realidade paranaense muito mais do que sua finalidade proposta, de um órgão planejador, devido à sua incipiente estrutura, recente fundação e, sobretudo, graças à ausência de técnicos com capacidade técnica para planejar e principalmente aprovar projetos de financiamento. As ideias desenvolvimentistas foram incorporadas em sintonia com os preceitos cepalinos, como podemos notar à luz das ideias de Izepão (2013:68) que afirma: (...) *eles [técnicos do Pladep] fizeram curso da Cepal, especializado em planejamento econômico (...) chegando a fazer com que o curso funcionasse em São Paulo.* (CARVALHO, 1979b:84 apud IZEPÃO, 2013:68).

Nesse contexto de incorporação do pensamento cepalino ao Pladep, insere-se também uma transposição para um cenário regional das teorias de centro e periferia e da teoria das trocas desiguais. Destaca-se, no âmbito do estabelecimento de uma estrutura que permitisse as trocas desiguais entre o Paraná e São Paulo, a permanente evasão de renda do primeiro estado ao segundo (IZEPÃO, 2013:66).

Essa permanente perda de renda estadual foi denominada de “capitalismo sanguessuga” exercido por São Paulo e que se configurou na exportação pelo Paraná de produtos primários, utilizando-se não somente do complexo ferroviário de São Paulo e do porto de Santos, mas também do seu setor financeiro e bancário, além da importação pelo Paraná de produtos industrializados (IZEPÃO, 2013:66).

Há uma crítica contundente a essa ideia nos trabalhos de Wilson Cano (2007:21), nos quais se considera que o principal problema teórico da Cepal, ao

ser transposta a uma região ou um território dentro de uma nação, é que a concepção de centro e periferia só pode ser pensada e aplicada ao relacionamento entre países e não dentro de uma mesma nação. A impossibilidade dessa aplicação justifica-se pelo impedimento de execução de políticas fiscais e cambiais, havendo somente ações regionais ou sob a esfera inter-regional pelo governo federal. E ainda que essas características entre as regiões de um mesmo país podem ser consideradas aspectos culturais, bem como advindos da estrutura econômica formada, não se configurando assim o pressuposto teórico básico sugerido pela Cepal (CANO, 2007).

A respeito das tentativas de industrialização no Paraná, por volta de 1960, nota-se que os planos de desenvolvimento fomentam a uma indústria preferencialmente de capital local e que fosse, inclusive, vinculada ao interior do Paraná para que não houvesse uma maior concentração geográfica de capital e que fosse um processo permeado por empresas de pequeno porte que pudesse beneficiar o trabalhador (LEÃO, 1999:12).

Então era uma ideologia de incorporação do trabalhador, de incorporação de paranaenses, de captação de capitalistas locais que corresse o risco da industrialização e de uma industrialização dentro das fronteiras do estado, repetindo o processo de substituição de importações ocorrido no Brasil. (LEÃO, 1999:12).

A estratégia proposta pelo Pladep foi a promoção da substituição de importações em caráter regional para romper com a dependência elevada do setor primário, especialmente do café, e a conseqüente situação de periferia diante de outras regiões. Vale lembrar que essa política foi adotada pelo Brasil após a crise de 1930 como uma estratégia frente aos choques adversos<sup>9</sup>, considerando que a substituição de bens importados pela produção nacional seria uma condição necessária e favorável para a indústria brasileira (SUZIGAN, 1986: 25).

Atualmente é possível perceber o quanto a estratégia de substituir importações em caráter regional para promover a industrialização, já na década de 1960, teria poucas condições de prosperidade. Esse fracasso se deve à permanência da atividade primária como esteio da economia paranaense, assim como ao adotar uma estratégia industrial já em processo de esgotamento diante do avançado estágio da indústria nacional em outras regiões. A substituição de

---

<sup>9</sup> A teoria dos Choques adversos pressupõe que a presença de eventos na economia, tais como a ocorrência de guerras e crises internacionais ao afetar as economias, promove um incentivo à industrialização pela substituição de bens importados. Constituem grandes pesquisadores desse pensamento, SIMONSEN (1939), FURTADO (1963) e TAVARES (1972). Ver: SUZIGAN (1986:25).

importações, além de ser uma estratégia já defasada na década de 1960, tem como agravante o caráter regionalista, ao ser aplicada entre um estado e demais regiões do país.

Logo, seria pouco provável que o Paraná conseguisse sustentar sua indústria nascente com capital próprio diante da concorrência com a produção de outras regiões. A ideia de uma industrialização autônoma, endógena e interiorizada seria dificultada pela escassez de capital e de financiamento e pela ausência de infraestrutura produtiva necessária.

No entanto, a despeito de um grau aperfeiçoado de desenvolvimento na compreensão do papel do Estado e a adoção de critérios técnicos para a condução de ações e programas em relação à década anterior, o Pladep não contava com autonomia, permanecendo dependente das decisões dos governadores. É importante ressaltar que ainda na década de 50 o Paraná continuava a ser conduzido politicamente pelas mesmas oligarquias e famílias tradicionais, embora já contasse nesse momento com uma significativa influência do eleitorado da região norte do estado (IZEPÃO, 2013).

Nesse cenário, ainda que tivesse ocorrido um considerável melhoramento institucional, evidenciado pela presença de critérios técnicos e da adoção de elementos quantitativos, é possível observar a veiculação de ideias que denotam a distinção do Paraná e o seu papel decisivo em termos de contribuição para a civilização brasileira, de viés tipicamente Paranistas. (BURMESTER, 1990:146).

Na mensagem do governo de 1950, são considerados dois fatos decorrentes do aumento da produtividade na época, criando uma imagem positiva do Paraná.

O primeiro deles é o fato incontestável de que as nossas principais agrupações humanas não conhecem o fenômeno do pauperismo como motivo de preocupação ou alarme. E percorre-se, por exemplo, os subúrbios da capital para se ver bem ao certo o que estamos afirmando agora, repetindo observação que nos apraz reiterar pelo que ela nos traz de alegria: ver-se-á, então em nossos núcleos proletários, como os seus níveis de renda já alcançaram altura razoável, cada casa com sua horta, com as suas árvores frutíferas, com os seus jardins, cada janela com a sua cortinazinha e as casas providas de rádio, e, fora, as crianças nunca maltrapilhas ou com aspecto de famintas, antes de expressão viva ainda que descalças, mas apenas pela liberdade que as cerca.

O segundo fato é o de que as doutrinas políticas, que costumam medrar onde medra a miséria não encontram clima entre nós. (MENSAGEM DE GOVERNO, 1950, pp. 8-9).

Será que nesse contexto dos anos 1950 essa visão dos governistas refletia realmente as condições sócio-históricas do Paraná? É plausível pensarmos que de fato não havia pobreza no estado?

Em contraste a essa visão de matiz idealista, passa-se também a conceber a ideia do planejamento como chaves para se promover o desenvolvimento do estado. Tem-se, então, um embrião de um modelo que se tornará muito importante para o Paraná nos anos 1960.

O meio adequado de obtê-la [aumento da renda] é o planejamento da ação máxima para melhor aproveitamento das fontes de produção industrial e agrícola, e nos sectores dos transportes, energia e crédito (MENSAGEM DO GOVERNO, 1950. pp. 6-7).

Em suma, a década de 1950 no Paraná esteve marcada por uma transição entre o ideal e o planejado, entre o utópico e o potencialmente possível. Velhos personagens da política paranaense adotaram um discurso novo que, sem dúvida, justificava-se, por um lado, pelas ideias vigentes no país e, por outro, pela necessidade de determinados grupos de se manter à frente da administração pública do estado, garantindo assim o seu protagonismo político e, por conseguinte, seu *status quo*.

#### **4. Ideias e políticas de desenvolvimento no Paraná nos anos 1960**

Nos anos 1960, o pensamento desenvolvimentista se aprofunda e encontra no setor público do Paraná um ambiente propício ao seu amadurecimento, pois o governo estadual vinha se empenhando mais na instrumentalização da política pública com o propósito de promover o desenvolvimento regional.

A percepção do pensamento desenvolvimentista para além da área econômica se observa em discursos políticos na Câmara dos Deputados do Paraná proferidos ao longo da década de 1960. A impossibilidade de acessar os originais em formato digital nos levou a optar pela reprodução por meio de Augusto (1978):

(...) em algumas regiões sabemos que há plantação intensiva de rami e de algodão, riquezas que, sem dúvida alguma, representam um esforço formidável para nossa emancipação econômica. (...) [o rami] é exportado para São Paulo (...) onde é industrializado. Depois, o próprio dinheiro paranaense (...) vai para São Paulo, na aquisição que fazemos de produtos manufaturados com a matéria prima do Paraná. (...) Na colheita deste ano teremos a maior produção de algodão já vista no Brasil. Entretanto, apesar dessa fabulosa produção, não se arrecada nada do algodão. Ele vai integralmente para São Paulo e

outros estados que já estão industrializando o produto, onde é manufaturado. E nós temos que gastar nossa riqueza, nossa produção, nossa economia, para comprar o produto manufaturados de São Paulo, Pernambuco e outros estados (...). O aproveitamento da matéria prima [deve-se fazer] aqui mesmo. Para que evitemos a evasão formidável de nossas riquezas que sangram nossa economia, enfraquecem nossa infra-estrutura, enfraquecem nosso povo”. (ANAIS DA ASSEMBLEIA, 1962 *apud* AUGUSTO, 1978:66).

Tal discurso ainda pode ser observado pela fala do deputado João Ribeiro, ainda no ano de 1962, pela qual o Paraná é visto sob uma perspectiva desfavorável ao considerar a evasão de renda das exportações primárias do estado um problema a ser superado por meio da intensificação do movimento de industrialização.

“(…) o que representa a evasão de contribuições pagas pelo povo paranaense em favor de outros estados é verdadeiramente fabulosa. Está assim o Paraná sangrando-se em esforços (...) desgastando a fertilidade de suas terras, sem um proveito que lhe assegure, pelo menos, o desenvolvimento industrial, do qual é um dos sustentáculos. (ANAIS DA ASSEMBLEIA, 1962 *apud* AUGUSTO, 1978:66).

Dessa forma, o pensamento econômico que começou a despontar no Paraná nos anos 1950 se manifestava também por meio do discurso político e, mesmo na década seguinte, será usado em defesa da industrialização e como fundamento para a superação da condição de subdesenvolvimento.

As ideias sobre o desenvolvimentismo transpostas ao Paraná no correr da década de 1960 guardam em si alguns elementos peculiares, podendo denominar-se, de acordo com alguns autores, de “Novo Paranismo” ou “Paranismo Atualizado” (DOUSTDAR, 2010:272). Porém, é necessário ressaltar que é justamente a implementação dessas ideias que comprometem os “mitos” exaltados pelo Paranismo<sup>10</sup>.

Para compreendermos o Novo Paranismo, que deriva do pensamento cepalino, é necessário retomarmos os fins da década de 1950, quando o padre Louis-Joseph Lebret visitou o Paraná com o objetivo de difundir o conceito de planejamento regional, tanto rural como urbano, e ressaltar a importância de se ter um projeto de governo que visasse à justiça social (IZEPÃO, 2013; LEÃO,

---

<sup>10</sup> Importa reforçarmos aqui que neste trabalho adota-se como Paranismo as ideias formadas desde o século XIX e oficialmente cunhadas por Romário Martins, em 1927, como expressão unificadora de elementos típicos e singulares, até uma gradual transição, nos anos 1950, para o pensamento desenvolvimentista, que rompe com os próprios preceitos fundamentais do pensamento anterior ao ver o estado e as condições sociais e econômicas de forma mais crítica.

1999). Sabe-se que o padre Lebret nasceu na Bretanha no ano de 1897 e bacharelou-se em matemática. Foi oficial da marinha e, em 1923, ordenou-se como dominicano. Em 1940, atuou como perito econômico no ministério da marinha mercantil, fundando em 1942 um centro de estudos e a revista *Economie et Humanisme* (UNISINOS, 2016).

Angelo (2010:42;49) observa que o padre Lebret teve como influência intelectual a Escola de Chicago, além de Frederic Le Play, Maritan, Monbeig e Karl Marx e, no Brasil, as principais influências remontam ao sociólogo Josué de Castro e do urbanista Bezerra Balzar. A influência de Lebret e o ambiente de disseminação de suas ideias se deu principalmente nos círculos católicos progressistas, sobretudo pela articulação do movimento conhecido como Democracia Cristã, que reverberou nos anos 1950 graças à atuação da JUC – Juventude Universitária Católica. Essa disseminação se justifica pela possibilidade observada nas ideias humanistas e solidárias para resolução dos problemas sociais no Brasil, aliando os jovens católicos e a elite econômica como protagonistas de uma possibilidade de mudança.

As ideias da Democracia Cristã repercutiram com força no cenário eleitoral em diversos lugares, sobretudo na Europa e na América Latina. No Brasil, o Partido da Democracia Cristã – PDC teve uma significativa difusão no Paraná, embora não tenha sido expressivo no cenário nacional (LEÃO, 1999:10).

Assim, se as ideias de desenvolvimento e planejamento exortadas pelo padre Lebret no Paraná em fins de 1950 encontraram um ambiente propício a sua disseminação, elas somente foram reafirmadas pela presença da doutrina da Democracia Cristã. Esses dois elementos formam em conjunto um impulso necessário para a vitória do PDC ao governo do estado em 1960<sup>11</sup>. Foi a vitória que constituiu, por um lado, uma nova forma de instrumentalizar as ideias desenvolvimentistas e industrializantes já identificadas no Paraná e, por outro, representou a recusa da continuidade de uma política desgastada de alternância de poder que marcou o Paraná até os anos 1960 (IZEPÃO, 2013).

Em 1962, a criação da Companhia de Desenvolvimento do Paraná - Codepar representou uma nova forma de instrumentalizar e viabilizar financeiramente as ideias surgidas no âmbito do Pladep, além de congregar as diretrizes inseridas na forma de conceber um novo estágio do desenvolvimento do estado do Paraná. O projeto era financiar pequenas e médias empresas,

---

<sup>11</sup> 1º mandato do governador Ney Braga (1961-1965).

evitando a formação de monopólios e oligopólios e, assim, aumentar o grau de competitividade e facilitar a permanência do capital dentro do estado, por meio do fortalecimento do empresariado local.

No ano seguinte, considerando a incipiente experiência dos técnicos do Pladep na elaboração de projetos desse porte, sobretudo no que tange à aprovação de créditos de financiamentos em âmbito federal, o governo contratou a SAGMACS (Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas à Complexos Sociais), empresa de São Paulo designada para auxiliar no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento do Paraná. Assim, o PDP (Plano de Desenvolvimento do Paraná) foi estabelecido, vigorando de 1964 a 1970 (IZEPÃO, 2013:77). Ele representava a expressão fiel do pensamento do padre Lebret no Paraná que, por sua vez, foi fundador e pesquisador da SAGMACS, aliado ao pensamento do Pladep e à Teoria dos Polos, de François Perroux<sup>12</sup>.

Além do PDP, a atuação da empresa resultou em uma significativa reorganização de toda máquina administrativa estadual, cuja influência pode ser observada ainda hoje pelo conjunto de secretarias existentes, sobretudo a de planejamento (CESTARO, 2015:197). Seu contrato de prestação de serviço representou, institucionalmente, a presença do pensamento da economia humanista e do método desenvolvido pelo padre Lebret nas políticas implementadas no Paraná, elaboradas em conjunto com o Pladep, fundamentalmente nas áreas de saúde pública e saneamento, por meio de um trabalho de cunho interdisciplinar.

Equipe Técnica da SAGMACS – PDP (1963)	
Título do trabalho:	Relatórios para o plano de desenvolvimento do Paraná
Ano de realização:	1963 [- 1970]
Contratante:	Governo do estado do Paraná
Governador:	Ney Braga
Coordenação:	Antônio Almicar de Oliveira Lima
	Antônio Claudio Moreira Lima e Moreira
	Celso Antonio Lamparelli
	Francisco Whitaker Ferreira
	Frei Benevenuto de Santa Cruz
Equipe Técnica:	Antônio Carlos Bernardo
	João Yunes
	João Alfredo Alberti

<sup>12</sup> Ver: PERROUX, François, 1997.

Equipe Técnica:	João Carlos Seixas
	Leodgar Jost
	Lucio Korarick
	Luiz Lorenzo Rivera
	Maria Adélia A. de Souza
	Miriam Vallias de Oliveira Lima
	<b>Pedro Calil Padis</b>
	Reynaldo Dias de Moraes e Silva
	Saulo Vassimon
	Vicenzo Bochicchio

Fonte: adaptação do autor, com base em CESTARO (2015:223).

Analisando as estatísticas industriais do Paraná da época, fica claro que o plano de desenvolvimento não foi exitoso em seu objetivo fundamental de promover a industrialização.

Participação da indústria paranaense no total da indústria nacional	
Anos	Participação (%)
1907	4,5
1919	3,4
1939	2,2
1949	2,9
1959	3,2
1970	3,0

Fonte: Adaptação do autor, com base em CANO, 2007.

No campo teórico e ideológico, as ideias novo-paranistas, embasadas pelo referencial cepalino, pela inserção da própria Democracia Cristã e da *Economie et Humanisme*, associadas a Le Bret, e pela Sigmund Freud, instrumentalizadas pelas ações do PDP, não foram bem sucedidas em tornar a indústria a atividade principal do estado<sup>13</sup>.

Ao promover um melhor conhecimento do estado, das regiões e de sua população, e ao criar mecanismos instrumentais de transferências de recurso para a incipiente indústria e infraestrutura, pode-se dizer que houve um desenvolvimento institucional do poder público do Paraná, adotando um caráter mais técnico e crítico acerca da realidade paranaense. Ademais, houve uma mudança de percepção da tecnocracia do estado que foi do otimismo originado

<sup>13</sup> No ano de 1970, a participação relativa da indústria na renda interna do Paraná representava 16,62%, precedido pela Agricultura (25,17%) e Serviços (58,21%) (IPARDES, 1982: 42).

do Paranismo para a visão de um estado com poucas possibilidades e condições de se desenvolver, sobretudo, industrialmente. Como observa Padis (1981:204), que participou como membro da equipe técnica da Sagma: *“muitos anos decorrerão até que o Paraná deixe de ser uma economia periférica do centro dinâmico do país”*.

Na visão do governo de então, os elementos responsáveis pelo fracasso são externos ao estado, refletindo no Paraná a crise brasileira dos anos 1960 e, nesse sentido, o governo teria cumprido com seu papel por meio das ações de planejamento realizadas que estavam ao seu alcance.

Justamente quando começam a frutificar os esforços desenvolvidos por anos de trabalho destinados a diversificar a agricultura paranaense, e dinamizar o setor industrial, através de políticas de fomento que vão desde a criação de infra estrutura até o financiamento direto; justamente quando os empreendimentos surgidos desses esforços atingem um ponto de maturação e começam a produzir, defronta-se a economia estadual com uma situação negativa, para a qual não contribuiu, e que, põe em risco todo o esforço até agora dispendido no sentido de dar ao Paraná as bases econômicas sólidas de que necessita (...) (MENSAGEM DO GOVERNO, 1967).

Para Leão (1999:12), o PDP, considerado o resultado maior das ideias e teorias formuladas para desenvolver o Paraná, era utópico, pois não seria possível ao Paraná realizar sozinho, enquanto estado, os esforços de uma industrialização inserida nas condições capitalistas que requerem imensa mobilização de agentes dispostos a correr riscos e imensa mobilização por parte do governo no sentido de se criar infraestrutura adequada.

Na visão de Izepão (2013:79), o PDP não chegou a ser institucionalizado como um programa, mas fundamentou-se em ações de governo para o desenvolvimento do estado, de onde se originaram significativos investimentos que ainda constituem a estrutura da base produtiva do Paraná, sobretudo relativos à infraestrutura viária e de energia. Seu protagonismo minguou a partir do Golpe Militar de 1964, que condicionou os estados a uma nova ordem político-institucional. Considera-se como razão fundamental para esse abandono a representatividade popular na elaboração do plano, o que passa, a partir de 1964, a destoar das diretrizes do governo federal (IZEPÃO, 2013:80).

A tese de Augusto (1978) intitulada “Intervencionismo Estatal e Ideologia Desenvolvimentista” busca compreender o papel da Codepar (1962) desenvolvendo elementos relativos ao pensamento político, ao planejamento e à inserção da ideologia desenvolvimentista no Paraná. A proposta do autor,

portanto, é compreender as relações entre o intervencionismo estatal praticado e a ideologia desenvolvimentista por meio de um estudo de caso específico. Assim, destaca-se um conjunto de alterações e de transformações necessárias ao processo de se aplicar uma teoria de desenvolvimento pensada para nações, mas em âmbito estadual. Para o caso paranaense, o autor nota um “*distanciamento do modelo, do caminho que indicam para o desenvolvimento do Estado, e a forma como, no decorrer do tempo é operacionalizado*”. (AUGUSTO, 1978:24).

Mesmo diante de visões distintas, é possível concluir que as ideias do PDP resultaram também em uma significativa reorganização de toda máquina administrativa, cuja influência pode ser observada ainda hoje pelo conjunto de secretarias do governo paranaense, sobretudo a de planejamento (CESTARO, 2015:197).

## 5. A recusa da interpretação desenvolvimentista e o pensamento do IparDES

Os anos 70 representaram uma alteração de orientação e desenvolvimento econômico no Paraná, quando o estado finalmente se inseriu na dinâmica nacional, podendo beneficiar-se dos programas instituídos pelo governo federal para a indústria e, conseqüentemente, lograr melhores resultados. Tal resultado difere das tentativas anteriores, quando a política industrial era formulada para desenvolver-se nos limites do estado, muitas vezes ignorando o estágio já existente da indústria no restante do país.

Participação relativa da renda interna do Paraná na renda interna do Brasil entre 1970 e 1980 (em %)				
Anos	Setores			Total Renda Interna
	Agricultura	Indústria	Serviços	
1970	12,33	<b>2,96</b>	5,46	5,46
1971	18,57	<b>3,12</b>	5,83	6,47
1972	18,93	<b>3,97</b>	6,3	6,98
1973	16,59	<b>4,28</b>	6,8	7,14
1974	18,49	<b>4,2</b>	7,11	7,49
1975	18,29	<b>4,15</b>	7,12	7,38
1976	11,95	<b>4,83</b>	7,68	7,23
1977	15,04	<b>5,57</b>	7,53	7,91
1978	11,19	<b>6,11</b>	6,42	6,9
1979	10,77	<b>5,71</b>	6,37	6,69

1980*	11,32	<b>6,13</b>	6,38	6,86
* Estimativa preliminar (Ipardes)				

Fonte: Adaptação do autor, com base em: Ipardes (1982).

A partir da segunda metade da década de 1960, já não é possível observar nos documentos oficiais a significativa influência teórica, nem a tentativa da interpretação da economia paranaense inserida nos moldes ideológicos anteriores, mas sim a busca pela inserção do Paraná aos objetivos de desenvolvimento do governo federal<sup>14</sup>, como pode ser observado na Mensagem de Governo de 1967.

No Paraná o futuro deve ser agora ou não alcançaremos nunca, deixando perder-se as oportunidades históricas do presente, quando quase tudo está ao nosso alcance, faltando apenas a coalização de forças do desenvolvimento integrado para transformar potencialidades e recursos disponíveis em riqueza efetiva para todos (MENSAGEM DO GOVERNO, 1967:VIII).

A integração do Paraná deve ser parte de um projeto maior, para cujo extraordinário alcance chegou a hora de chamar a atenção não só dos paranaenses como dos brasileiros (MENSAGEM DO GOVERNO, 1967:XIII).

Embora a ideia da necessidade de industrialização tenha sido constituída em décadas anteriores como já pontuamos, as estratégias e a visão de como promover a indústria se alteraram de forma repentina e significativa, principalmente a partir da instauração do regime militar em 1964. O governo militar alterou os agentes que formulavam as políticas governamentais e promoveu a constituição de uma nova ordem político-institucional. Esse cenário foi desdobrado aos estados mediante o modelo de desenvolvimento tecnoburocrático capitalista dependente<sup>15</sup> e, logo, gerou o abandono das ideias anteriores, tanto as de inspiração cepalina quanto as vinculadas à democracia-cristã, à economia humanista e, principalmente, àquelas que objetivavam uma construção mais participativa de segmentos mais amplos da sociedade (IZEPÃO, 2013:80).

Nesse período, não fica clara a referência de um pensamento teórico capaz de nortear o estado, criado ou transposto para dentro dos seus limites. Por outro lado, fica clara sim a busca pela interpretação e a compreensão dos determinantes

<sup>14</sup> Expressos especialmente pelo PAEG (1964-1966) e PED (1967-1969). Ver: IZEPÃO, 2013: 84.

<sup>15</sup> O estado tecnoburocrático capitalista dependente surge na segunda metade do século XX nos países latinos como uma indústria originária de substituição de importações, constituindo um subdesenvolvimento industrializado aliado à burguesia local e à classe tecnoburocrática em processo de ascensão. Ver: Bresser (1977:131-138).

do dinamismo observado em tão poucos anos advindos de uma sensível alteração do conceito de indústria e do seu papel no estado, em cenário tão divergente da conjectura elaborada pelos estudos anteriores.

Nessa busca por interpretar esses fenômenos, cria-se, já no âmbito do IPARDES, duas formas de se compreender o Paraná. A primeira, denominada realista, resultava da negação ideológica e da adoção da política associacionista<sup>16</sup> praticada durante a década de 1970. Já a segunda, formada pelo instituto no ano de 1981, caracterizava-se por uma visão crítica da evolução econômica do Paraná (IPARDES, 1985).

Ainda que de forma centralizadora e profundamente diferente do pensamento adotado pelo Pladep e pela Codepar, é inegável que a nova estrutura, pautada na industrialização por meio da incorporação do setor agrícola, alcançou resultados mais alvissareiros por razões diversas e, fundamentalmente, pela escala dos investimentos, que estavam mais articulados a um projeto nacional, e pelo fortalecimento da agroindústria. Segundo essa visão, há uma integração da dinâmica econômica do Paraná ao Brasil que ocorre dentro do estado por meio da ampliação do conceito de indústria e da compreensão da região norte também no contexto de uma economia capitalista como parte integrante importante da economia nacional.

A ideia de uma visão realista é fruto de ações pragmáticas em frente a alterações significativas relativas à concepção da agricultura na região norte do estado do Paraná – de uma atividade primária com pouco valor agregado para um moderno complexo agroindustrial pautado por diversas culturas e atividades, assim como decorrentes da reforma do sistema financeiro e da própria expansão da economia brasileira (IPARDES, 1985).

Por doze anos, a partir da posse do governador escolhido em 1970, o Paraná perde a autonomia que até então gozara na formulação de políticas de desenvolvimento. A hegemonia do governo central implanta uma era de privilegiamento da técnica sobre a política, que se traduz em conformar-se as políticas nacionais, quer nas suas grandes linhas, quer, em certos casos, em meras minúcias formais (MAGALHÃES FILHO, 1994:14).

A retomada do crescimento da economia nacional, dos investimentos industriais a partir de 1970 acoplada à uma visão das “vocações industriais” (leia-se agroindustriais) está por trás da montagem de uma visão realista da economia paranaense”. Nesse sentido, a tentativa de afirmar o Paraná frente a São Paulo via substituição de importações

---

<sup>16</sup> Por meio da visão realista, o Paraná cresceria associando-se a São Paulo, ou complementando-o. Ver: IPARDES, 1985.

cede lugar à concepção de um papel industrial complementar, utilizando às “vocações industriais” do estado (IPARDES, 1985).

A presença dessa visão realista e associacionista no discurso político é também observada por meio da Mensagem de Governo de 1979 de Jayme Canet, citado pelo Ipardes (1989:89).

Foi o crescimento agrícola continuado que possibilitou o desenvolvimento industrial nos anos recentes. (...) Foi este pensamento que inspirou a implantação da Secretaria de Indústria e Comércio com o objetivo estratégico de tirar partido de uma orientação federal – a de descongestionar os já saturados polos industriais do país.

A partir do momento em que foram traçadas as diretrizes do II Plano Nacional de Desenvolvimento em favor da desconcentração industrial ficou claro que ficaria mais beneficiado pela nova orientação o estado que mais rapidamente se preparasse para receber a indústria em fase de mudança (MENSAGEM DO GOVERNO, 1979: XIII).

Observa-se que somente com a estrutura instituída pelos antigos projetos do governo, por meio do Pladep e Sagma, assim como pelo financiamento via setor público promovido pela Codepar, foi possível implementar a infraestrutura necessária<sup>17</sup> para a inserção do estado nos planos de desenvolvimento do governo federal.

A última interpretação acima mencionada, elaborada no ano de 1981 também pelo Ipardes, constitui uma visão crítica da economia paranaense pautada por uma avaliação histórica que rejeita o arcabouço desenvolvimentista e as ideias observadas no Paraná que formataram políticas públicas até pelo menos a metade da década de 1960. O trabalho *Paraná: Economia e Sociedade* reflete essa visão fruto de uma profunda pesquisa do estado do Paraná pela equipe de pesquisadores do Ipardes. Estruturada como um diagnóstico pelo qual se buscou compreender as alterações observadas na economia nas décadas de 1950, 60 e 70, tal visão crítica apoia-se na recusa do pensamento cepalino, considerando que o Paraná, sobretudo a região norte, não é periférica e identificando elementos de uma economia capitalista integrada à dinâmica brasileira, desde o princípio de sua colonização. Essa interpretação se justificaria, portanto, pela diversidade das atividades que se desenvolveram no Paraná (IPARDES, 1982).

---

<sup>17</sup> A Codepar foi uma ferramenta criada para promover e coordenar a industrialização no Paraná e gerir o Fundo de Desenvolvimento Estadual, que destinava 80% dos recursos ao financiamento de infraestrutura e 20% aos financiamentos privados. Somente no ano de 1964 foram identificados 17 contratos de infraestrutura realizados pelo FDE. Ver: GARDENAL, 2018.

O estudo aborda todos os setores da economia paranaense, sobretudo a influência da agricultura moderna, o carro chefe da economia da região a partir dos anos 1970 e suas relações com a indústria e as condições sociais do estado. Não há nessa nova interpretação do IparDES uma visão ideológica claramente identificável dentro do Estado como se observa nas interpretações anteriores, mas uma perspectiva crítica ao arcabouço desenvolvimentista. *Ela é crítica porque fundamenta-se numa visão teórica e histórica da evolução da economia e sociedades paranaenses, partindo da recusa ao paradigma cepalino, tal como compreendido e reelaborados pela CODEPAR e por Padis [1981] (IPARDES, 1985).* Recusando as relações de centro e periferia, considera-se que o norte paranaense constituiu, desde o início de sua ocupação, parte do núcleo capitalista da economia brasileira, cujo dinamismo advém de uma agricultura dinâmica, diversificada e modernizante (IPARDES, 1985).

Por fim, devemos ressaltar que no instante em que esse trabalho foi elaborado, o seu objetivo central era compreender o êxito da economia paranaense e não mais discutir estratégias para promover o desenvolvimento, embora ele também sirva como uma importante base de dados sobre o estado do Paraná relativa a períodos posteriores à década de 1970.

## **6. Conclusão**

Desde a emancipação do Paraná, até a década de 1940, observou-se no estado a busca pela formação de uma identidade – reunindo no pensamento Paranista um conjunto de ideias que favorecia uma elite já estabelecida, além de compor uma realidade imaginária, calcada no próprio desconhecimento da região e de suas reais potencialidades. Esse discurso foi capaz de manter uma oligarquia política que se alternava no poder.

No final da década de 1950, com a transposição do pensamento desenvolvimentista da Cepal para uma realidade estadual concreta, foi possível romper com o determinismo do passado e adotar novas estratégias de desenvolvimento e planejamento, embora os personagens políticos fossem em grande medida os mesmos e o esforço de atualização do discurso uma estratégia adotada para garantir a permanência dos mesmos grupos no poder. No entanto, o próprio desenvolvimento das políticas adotadas permitiu um maior conhecimento sobre a realidade histórica, econômica e social do estado.

Pode-se concluir que os anos 1960 representam a continuidade do que foi observado nos anos 50, com um aprofundamento das ideias desenvolvimentistas, aliado ao pensamento humanista do padre Lebret, da Democracia Cristã e da Teoria dos Polos, foi possível estabelecer instrumentos que viabilizassem o conjunto de ideias pensadas, sendo o PDP a maior expressão máxima dessa influência teórica. Em contraposição, os anos 1970 representaram um evidente contraste às ideias da década anterior, já que, sob a influência do regime militar, houve uma significativa modificação da estrutura produtiva paranaense e a eliminação do arcabouço teórico e ideológico que influenciava nos tipos e nas formas das políticas industriais. Finalmente, aliando-se aos projetos da União, a industrialização do estado foi fortemente impulsionada por financiamentos e pela existência de uma infraestrutura herdada da década anterior.

Ainda que até fins da década de 1960 não tenha sido possível lograr êxito quanto ao objetivo fundamental, qual seja, o de promover a industrialização de forma endógena, buscando romper a sua dependência com a economia primária do estado e com a esfera de influência de outros estados como São Paulo, todo o conjunto de ações, ao construir a infraestrutura necessária para a indústria, constituiu em ganhos de eficiência alocativa ao Paraná, permitindo que num cenário posterior, ao se unirem aos objetivos e esforços do governo federal, o estado teve maiores possibilidades de acelerar o seu processo de industrialização.

## **Referências**

A ORDEM. Rio de Janeiro, fev. de 1930, p.8.

A REPUBLICA, d'a Federação. Curityba, 3 mai 1888, p.1

A REPUBLICA, d'a Federação. Curityba, 7 mar 1889, p.1

ANGELO, Michelly Ramos. *Les Développeurs: Louis Lebret e a SAGMACS na formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil*. Tese de doutorado. São Carlos: USP, 2010.

ARRUDA, José Jobson de A. *Historiografia: Teoria e Prática*. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2014.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. *Intervencionismo Estatal e Ideologia Desenvolvimentista: um estudo sobre a CODEPAR*. São Paulo: Símbolo, 1978.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Estado e subdesenvolvimento industrializado. São Paulo: brasiliense, 1977. Cap. VII. Pp. 131- 138.

\_\_\_\_\_. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In: *Ensaio em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares*. Luiz Carlos Delorme Prado (org.). Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

BURMESTER et. Al. O Paranismo em questão: o pensamento de Wilson Martins e Temístocles Linhares na década de 1950. In. *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

CAMARGO, Geraldo Leão Veiga. *Paranismo: arte, ideologia e relações sociais no Paraná (1853-1953)*. Tese de doutorado. Curitiba: UFPR, 2007.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970)*. 3 ed. São Paulo: UNESP, 2007.

CEPAL- Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. Institucional. Disponível em: <<http://www.cepal.org/es>> Acesso em: 20 mar. 2018.

CESTARO, Lucas R. *A atuação de Lebrecht e da SAGMACS no Brasil (1947-1964)*. Ideias, planos e contribuições. Tese de doutorado. São Carlos: USP, 2015.

COELHO, Sandro Anselmo. Democracia cristã e populismo: um marco histórico comparativo entre o Brasil e o Chile. *Revista de sociologia e política*. N. 15, pp. 67-82. Nov. 2000.

COMTE, Augusto. Curso de Filosofia Positiva. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

CORRÊA, Amélia Siegel. Imprensa política e pensamento republicano no Paraná no final do século XIX. *Revista de sociologia política*. Curitiba: v.17 n.32 pp. 139-158, fev. 2009.

DOUSTDAR, Neda Mohtadi. *Paranismo atualizado: a democracia cristã e o planejamento no primeiro governo Ney Braga*. Tese de doutorado. Curitiba: UFPR, 2010.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra.. Desenvolvementismo: a construção do conceito. *Texto para discussão*. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

GAZETA DO POVO, edição 27 fev. 2015.

GARDENAL, Leonardo Antonio Santin. *Café e indústria no Norte do Paraná (1940-1970)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Censo (vários anos), 2019.

IPARDES. O Paraná reinventado: política e governo. Curitiba, jan., 1989.

IPARDES. *Paraná: Economia e Sociedade*. Curitiba: IparDES, 1982.

IPARDES. Quatro Visões sobre o Paraná. *Análise Conjuntural*. v.7, n.2, fev, 1985, pp. 1-16.

IZEPÃO, Rosalina Lima. *O planejamento governamental no Paraná: economia, estado e política econômica*. Maringá: UEM, 2013.

LEÃO, Igor Zanoni Constant. C. As Desventuras do Paranismo. *Revista FAE*, Curitiba, v.2, n.3, set/dez., pp. 9-20. 1999. Disponível em: <[http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista\\_da\\_fae/fae\\_v2\\_n3/as\\_desventuras\\_do\\_paranismo.pdf](http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v2_n3/as_desventuras_do_paranismo.pdf)> Acesso em: 04 jul. 2015.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja B. O Paraná em Revista. *Revista paranaense de desenvolvimento*. Curitiba, n. 82, mai./ago., 1994. pp. 5-16.

MARTINS, Romário. Paraná Rural. *A Lavoura*, 1911, pp. 161-163.

MEMORIAS PARANAENSES. Grupo fechado para discussão e troca de materiais e informações sobre a história do Paraná em rede social. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/memoriaparanaense/>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

MONTEIRO TOURINHO. A propósito de um raio de luz solar. In. *Revista Paranaense*, 1881, pp. 7-14.

PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 1981.

PARANÁ. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Mensagem de Governo*, Curitiba, 1892.

\_\_\_\_\_. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Mensagem de Governo*. Curitiba, 1895.

\_\_\_\_\_. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Mensagem de Governo*, Curitiba, 1920.

\_\_\_\_\_. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Mensagem de Governo*, Curitiba, 1923.

\_\_\_\_\_. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Mensagem de Governo*, Curitiba, 1924.

\_\_\_\_\_. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Mensagem de Governo*, Curitiba, 1950.

\_\_\_\_\_. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Mensagem de Governo*, Curitiba, 1967.

\_\_\_\_\_. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Mensagem de Governo*, Curitiba, 1979.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2551 de 06 de dezembro de 1934 a Secção Estatística passou a integrar o Departamento do Arquivo Público, Estatística e Imprensa Oficial.

PEREIRA, Luis Fernando Lopes. *Paranismo: cultura e imaginário no Paraná da I república*. Dissertação. Curitiba: UFPR, 1996.

\_\_\_\_\_. *O Paraná inventado: cultura e imaginário no Paraná da I República*. 2 ed. Curitiba: Aos 4 ventos, 1998.

\_\_\_\_\_. *O espetáculo dos maquinismos modernos: Curitiba na virada do século XIX ao XX*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2002.

PERROUX, François. O conceito de polo de desenvolvimento. In. Schartzman (Org). *Economia Regional. Textos escolhidos*. Cedeplar. Belo Horizonte, 1997.

ROCHA NETTO, Bento Munhoz. *Diário da Tarde*. 04 abr. 1930, pp.1-2.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TOLEDO, Roberto. *A capital da solidão*. São Paulo: Objetiva, 2003.

UNISINOS. Lebet. *Instituto Humanitas Unisinos*. 22 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/558024-lebet>>. Acesso em 20 mar. 2018.

WACHOWICZS, Ruy. *Historia do Paraná*. 3ª ed. Curitiba: Vicentina, 1972.

ZATTI, Carlos. *O Paraná e o Paranismo*. Curitiba, 2006.